



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO
EDITAL DE ABERTURA Nº 61/2019 - DDP-SELEÇÃO-SCICM

SEGUNDA ETAPA: **PROVA ESCRITA DISCURSIVA**

QUESTÕES		
NUMERAÇÃO	MATÉRIA	PONTUAÇÃO
Questão nº: 01	Direito Constitucional	Até 4,0
Questão nº: 02	Direito Civil	Até 1,5
Questão nº: 03	Direito Processual Civil	Até 1,5
Questão nº: 04	Direito Penal	Até 1,5
Questão nº: 05	Direito Processual Penal	Até 1,5

DIA 15/07/2022

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA
ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____

Assinatura: _____



INSTRUÇÕES

- 1** O campo de Identificação constante da capa neste CADERNO DE QUESTÕES da Prova Discursiva deverá ser preenchido e assinado no lugar indicado (conforme documento de identidade apresentado). O candidato que, de qualquer forma, colocar sinais que revelem ou insinuem sua identidade em campo diverso daquele indicado para sua assinatura terá a prova anulada.
- 2** Este CADERNO DE QUESTÕES contém **5** (cinco) questões discursivas. Caso este CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3** A duração da Prova Discursiva será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento, à tinta, do CADERNO DE RESPOSTAS, que será imediatamente recolhido ao final desse prazo.
- 4** Não será permitido ao candidato portar qualquer espécie de livros, códigos, manuais, dicionários, impressos ou anotações, exceto nos casos já previstos em Edital, bem como qualquer espécie de relógio, aparelho eletrônico, armas, malas, máquinas calculadoras, fones de ouvido, protetores auriculares, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares, *pen-drives*, chaves com alarmes de carro ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auditivos, à exceção de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência auditiva ou que tenha solicitado atendimento especial para a realização da prova, óculos escuros, à exceção de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência visual ou que tenha solicitado atendimento especial para a realização da prova, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto.
- 5** O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova 2 (duas) horas após o seu início. Não será autorizado ao candidato levar o CADERNO DE QUESTÕES da Prova Discursiva.
- 6** Será permitida consulta somente à legislação desacompanhada de anotações, comentários, exposições de motivos, transcrições jurisprudenciais, súmulas, enunciados e orientações de qualquer natureza, sendo igualmente vedada a consulta a obras doutrinárias. Não se considera legislação comentada ou anotada aquela que trazer referência apenas ao número das súmulas e dos diplomas normativos. (Conforme Edital de Abertura.)
- 7** As folhas utilizadas para rascunho não fazem parte integrante da prova nem serão consideradas para efeito de correção em nenhuma hipótese.
- 8** As questões deverão ser respondidas com letra legível, utilizando-se caneta de tinta azul ou preta indelével. Somente serão consideradas as respostas que estiverem no CADERNO DE RESPOSTAS e no espaço específico das questões a que correspondem. É de inteira responsabilidade do candidato comparecer à prova com caneta. A FAURGS não fornecerá caneta a candidatos.
- 9** Não são permitidas rasuras, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Resolução nº 1079/2015 COMAG. Em caso de engano ou erro na resposta, a retificação feita pelo candidato deverá ser precedida das expressões "ressalvo" ou "digo", sob pena de ser considerada não escrita a frase, trecho ou palavra do texto.
- 10** Não serão fornecidas folhas extras e não haverá substituição de folhas de respostas em nenhuma hipótese.
- 11** A resposta da questão dissertativa não poderá exceder 60 (sessenta) linhas, nas questões discursivas, não poderá exceder 30 (trinta) linhas. Caso ultrapassem esse limite, não serão consideradas (ou avaliadas).
- 12** Ao término da prova, o CADERNO DE QUESTÕES e o CADERNO DE RESPOSTAS deverão ser devolvidos ao fiscal de sala.
- 13** Concluídas as provas, será processada a desidentificação, à qual o candidato poderá assistir.

Instrução: Responda a questão **01**, em até sessenta linhas, no CADERNO DE RESPOSTAS, atendo-se ao solicitado.

01. O controle de constitucionalidade, concentrado ou difuso, sobre a atividade administrativa e legislativa do Estado (inclusive sobre as chamadas “políticas públicas”) é fenômeno complexo, tendo se tornado muito comum na dinâmica de atuação do Poder Judiciário. A riqueza dos contextos fáticos e as multifacetadas – e, por vezes, críticas e imprevisíveis – causas que ensejam o ajuizamento de ações para exercício desse controle, confrontadas com o texto plurissignificativo e abrangente da Constituição da República de 1988, tornam a tarefa dos magistrados extremamente desafiadora.

Dentro desse tema geral, redija uma dissertação, com no máximo sessenta (60) linhas, abordando necessariamente os seguintes conteúdos:

- A)** O conceito de “força normativa da Constituição”, tal como desenvolvido por Konrad Hesse na sua obra clássica (e fundamental ao constitucionalismo) que leva, precisamente, o título de *A força normativa da Constituição* (1959). Considere as afirmações de Hesse acerca da *práxis* constitucional. Trace também um comparativo entre o pensamento desse autor e a ideia geral de outro texto fundamental ao Direito Constitucional, intitulado, a depender da tradução, *O que é uma Constituição?* ou *A essência da Constituição* (1862), de Ferdinand Lassalle.
- B)** A chamada “jurisprudência de crise”, definindo seu conceito e relacionando-o com o conteúdo do QUESITO “(A)” da questão. Aponte também sua possível conexão com princípio ou cláusula da “proibição de retrocesso”. Indique, ainda, se o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a possibilidade do fenômeno (“jurisprudência de crise”) expressamente em sua própria jurisprudência.
- C)** Os precedentes do Supremo Tribunal Federal a seguir referidos, formados no contexto da crise sanitária provocada pela disseminação da COVID-19, pandemia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 e que redundou em declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pelo Estado brasileiro (via portaria do Ministério da Saúde, revogada apenas em maio de 2022):
 - i)** Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 661/DF, que versou sobre a (in)constitucionalidade da substituição, por parlamentar de cada uma das Casas Legislativas, da comissão mista de Deputados e Senadores destinada a emitir parecer sobre as medidas provisórias (parágrafo 9º do artigo 62 da Constituição de 1988). Descreva o conteúdo da decisão, indicando e justificando se ela integra ou não uma “jurisprudência de crise”. Detalhe também os fundamentos do voto que conduziu a posição do STF, proferido pelo(a) Ministro(a) Relator(a) do acórdão.
 - ii)** Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 811/SP, que versou sobre a (in)constitucionalidade de decreto do Estado de São Paulo vedando a realização de cultos, missas e demais atividades religiosas de caráter coletivo. Descreva o conteúdo da decisão, indicando e justificando se ela integra ou não uma “jurisprudência de crise”. Detalhe também os fundamentos do voto que conduziu a posição do STF, proferido pelo(a) Ministro(a) Relator(a) do acórdão.

Instrução: Responda às questões **02 a 05**, em até trinta linhas para cada questão, no CADERNO DE RESPOSTAS, atendo-se ao solicitado.

02. A partir da citação de Pontes de Miranda (Pontes de Miranda, F. Tratado de Direito Privado. Rio de Janeiro, 1959, tomo XXIV, p. 82) de que “*não há plano da validade para pagamento ou o adimplemento: adimplemento é ou não é (plano da existência); adimplemento produz efeitos ou não os produz (plano da eficácia)*”, discorra sobre os seguintes tópicos, observando as disposições correspondentes no Código Civil Brasileiro.

- A)** A natureza jurídica do pagamento (adimplemento).
- B)** A aplicação do princípio da exatidão do pagamento, abrangendo as dívidas decorrentes de serviços essenciais.
- C)** Os efeitos jurídicos decorrentes do pagamento indevido na hipótese de obrigações de fazer.
- D)** A hipótese indenizatória substitutiva à obrigação restitutória em caso de enriquecimento sem causa.

03. Considere o caso abaixo e responda aos itens indicados.

Caso: Aristeu adquiriu da Incorporadora ABC um apartamento em construção, mediante a assinatura de contrato de promessa de compra e venda. No processo nº 001, Aristeu demandou a Incorporadora ABC e o corretor Reinaldo para o fim de ver restituídos os valores de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pagos a título de comissão de corretagem. Informou, em sua petição inicial, ter pagado essa quantia a Reinaldo, que intermediou o negócio em estande de vendas da incorporadora. Reinaldo foi revel e a Incorporadora ABC contestou a narrativa do autor, insurgindo-se especialmente quanto à forma e o local da contratação do corretor, com o qual alega nunca haver estabelecido contato prévio.

Encerrada a instrução com a juntada de documentos e a oitiva de testemunhas arroladas pela Incorporadora ABC, decidiu o juiz, em sentença, nos seguintes termos:

“Nada obstante às alegações do autor na petição inicial, verifica-se que, pelo material probatório produzido na causa, a contratação do corretor não se deu em estande de vendas da ré Incorporadora ABC, mas por meio de corretor de imóveis independente, especificamente contratado pelo autor e sem vínculo com a Incorporadora. Não só as testemunhas todas corroboraram a questão, como foram juntados inúmeros e-mails do autor solicitando visitas e informes de variados imóveis, de diferentes proprietários e incorporadoras, sempre por meio do corretor Reinaldo. Nesse passo, deve-se reconhecer, de ofício, a ilegitimidade passiva da Incorporadora ABC.

Quanto ao réu revel, considerando que as impugnações e provas produzidas pela Incorporadora não lhe aproveitam, sendo provenientes de parte ilegítima, há de se considerar a presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial. Por conta disso e, quanto à questão de fundo, entende-se que a demanda contra Reinaldo merece prosperar.

Sendo o caso de reconhecimento de ilegitimidade passiva, condeno o autor em $\frac{1}{4}$ das custas e fixo os honorários devidos ao patrono da Incorporadora ABC em R\$ 1.000,00 (mil reais). A parcela restante das custas ($\frac{3}{4}$) será custeada pelo réu Reinaldo, sendo fixados honorários em benefício do procurador do autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)”.

Como o processo recém havia sido digitalizado, houve a expedição de intimações concomitantes a respeito da prolação da sentença, sendo uma disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do RS (DJE), em um determinado dia, e outra expedida por meio do Sistema E-proc, tendo sido cientificadas as partes, nesse sistema, alguns dias após a publicação da nota de expediente na imprensa (DJE).

Diante do caso narrado, responda, valendo-se, quando for o caso, da lei, da doutrina e de decisões dos tribunais superiores veiculadas em seus informativos ou assentadas mediante recursos repetitivos e precedentes. Não será considerada na resposta a mera transcrição do texto de lei, sendo que, quando necessário, basta a indicação do numeral do referido artigo e fonte normativa.

- A)** Agiu bem o magistrado, em sua decisão, quanto à apreciação da ilegitimidade passiva da Incorporadora? Considere a possibilidade do conhecimento de ofício da ilegitimidade das partes, bem como a aplicação da teoria da asserção no caso em exame. Indique a fonte normativa quando pertinente.
- B)** Relativamente à prova produzida a requerimento da Incorporadora ABC, agiu bem o magistrado ao impossibilitar o seu aproveitamento para julgamento da questão de mérito envolvendo o corréu revel? Há princípios de direito probatório envolvidos? Os efeitos da revelia incidem de forma absoluta nesses casos? Indique a fonte normativa quando pertinente.
- C)** A quem compete a legitimidade para recorrer sobre a fixação honorária em benefício do advogado do autor? Nesse caso, qual o recurso cabível? Está correta a decisão no tocante à fixação da verba honorária? Trate do juízo de admissibilidade desse recurso, com atenção à legitimidade recursal. Indique a fonte normativa quando pertinente.
- D)** Considerando a duplicidade de intimações, uma em publicação pelo Diário da Justiça, outra por meio eletrônico, justifique o marco temporal inicial para eventuais recursos sobre a decisão. Igualmente, indique o número total de dias do prazo para os recursos cabíveis, considerando a revelia, o litisconsórcio passivo e a forma de tramitação da causa. Indique a fonte normativa quando pertinente.

04. Considere os seguintes casos e responda às questões abaixo:

Caso I: "A", um deputado federal recém-eleito, queria fazer diferente da "velha política", mostrar serviço para sua base eleitoral e, principalmente, mudar a vida das pessoas. Para tanto, chamou seu amigo e colega de partido, "B", e lhe propôs o seguinte:

"Eu tenho uma base eleitoral forte nos municípios do interior do estado e essa base exige que melhorias sejam feitas nas cidades. Portanto, vá até os municípios X, Y e Z, e diga aos prefeitos que irei liberar verbas das minhas emendas parlamentares para a realização de obras públicas de infraestrutura. Esta tarefa será uma oportunidade para você me mostrar sua habilidade política e, caso se saia bem, poderei nomeá-lo como meu assessor".

"B", vislumbrando a chance de crescer na carreira e alcançar estabilidade financeira, aceitou o combinado. "B", porém, teve uma ideia que lhe renderia certo volume de dinheiro em curto prazo. Assim, ao falar com os três prefeitos, "B" afirmou, conforme havia sido orientado, que o Deputado "A" iria liberar as verbas de suas emendas parlamentares para que fossem feitas obras de infraestrutura. Porém, acrescentou que "A" teria condicionado tal liberação ao pagamento de 5% sobre o valor de cada contrato administrativo firmado para a realização das obras, e complementou dizendo que os pagamentos seriam feitos a ele, "B", que, posteriormente, os repassaria para "A".

Os três prefeitos aceitaram os termos do que havia sido proposto. As licitações foram realizadas, os percentuais combinados foram desviados a favor de "B", que ficou com o dinheiro e, como planejava, não o repassou a "A".

- A)** Relativamente ao caso I, examine, de modo fundamentado e mencionando os dispositivos legais e as categorias dogmáticas pertinentes, a responsabilidade penal de "A" e "B" pelo crime de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal).

Caso II: Na seguinte variação do Caso I, "A" determinou que "B" dissesse aos prefeitos, em seu nome, que a liberação das verbas estaria condicionada ao pagamento de 5% sobre o valor de cada contrato administrativo. Para se blindar de qualquer suspeita, "A" determinou ainda que "B" solicitasse aos prefeitos que os valores fossem pagos por meio de transferências em *criptomoedas*, sem qualquer intermediário envolvido, e que indicasse "C", sujeito que realizava mineração de *criptomoedas* e que estava disposto a vendê-las por altos valores em dinheiro, como o contato para que os prefeitos comprassem as *criptomoedas* e transferissem para "A".

"B" realizou exatamente o que "A" determinou e a proposta foi aceita pelos prefeitos. Assim, três licitações foram realizadas, uma em cada um dos Municípios, e três contratos administrativos foram firmados. Os três prefeitos sacaram 5% do valor de cada contrato em espécie das contas das prefeituras, compraram as *criptomoedas* com "C" e as transferiram para a chave pessoal e intransferível de "A".

- B)** Relativamente ao Caso II, que é, como referido, uma variação do Caso I, examine, de modo fundamentado e mencionando os dispositivos legais e as categorias dogmáticas pertinentes, a responsabilidade penal de "A" e "B" pelo crime de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e de "A" e "C" pelo crime de lavagem de dinheiro (art. 10, caput, da Lei nº 9.613/98).

05. Em ação de controle ao narcotráfico em um determinado bairro de Porto Alegre, o policial militar "A", acompanhado de sua equipe, abordou "B", um transeunte que, ao perceber a presença dos policiais, apertara o passo, buscando, aparentemente, evitar aquela abordagem.

"A" realizou busca pessoal em "B", apreendendo seu celular (smartphone). Considerando que o aparelho estava protegido por senha, "A" solicitou a "B" que disponibilizasse sua senha de acesso aos dados armazenados no celular. "B" se negou a fornecê-la. Diante da resistência de "B", os policiais contiveram-no ligeiramente e aproximaram o celular diante de seu rosto, com o que lograram o desbloqueio do aparelho pelo sistema de reconhecimento facial (Face ID). E obtiveram, assim, imediato acesso às mensagens do aplicativo *Whatsapp* registradas no celular de "B".

Ao perceber o conteúdo das mensagens, "A" deu voz de prisão a "B", passando a interrogá-lo informalmente sobre o contexto de suas mensagens trocadas com "C", "D" e "E", supostos traficantes que já vinham sendo investigados em uma investigação criminal conjunta do Ministério Público e da Polícia Civil. Pressionado, "B" teria admitido sua colaboração com a suposta associação ou organização criminosa; suas declarações, por ele próprio firmadas, foram registradas no relatório da diligência encaminhado aos investigadores.

Com vista da integralidade dos autos da investigação, o Ministério Público promoveu a seleção de determinados elementos de prova que embasariam a acusação e denunciou "B", "C", "D" e "E" pelo delito do art. 35 da Lei 11.343/2006. Quanto aos demais elementos de prova, requereu ao juiz seu descarte, na medida em que não teriam interessado à formulação da hipótese acusatória.

O defensor de "B", tomando ciência da manifestação do Ministério Público, prontamente reagiu e requereu ao juiz acesso à totalidade do acervo documental arrecadado e/ou apreendido no curso da investigação, independentemente de terem – ou não – fundamentado a denúncia.

O pedido de acesso aos autos foi parcialmente deferido pelo juiz, que o restringiu, entretanto, aos elementos de prova selecionados pelo Ministério Público e juntados com a denúncia, isso ao argumento de que o acusado se defende dos fatos articulados pela acusação, recaindo o contraditório, conseqüentemente, sobre os elementos de prova que lhe dão base.

Indicando o marco constitucional-legal pertinente, e considerando eventuais direitos e deveres em causa, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, pronuncie-se e discorra sobre:

- A)** a validade dos elementos de prova (mensagens de *Whatsapp* e declarações de "B") obtidos na abordagem a "B".
- B)** a legitimidade da decisão judicial que deferiu, parcialmente, o pedido de acesso aos autos formulados pela defesa.